

A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social*

Vânia Noeli Ferreira de Assunção**

Resumo:

Em seus estudos, Marx repôs o primado de uma ontologia estatutária específica do ser social sobre a gnosiologia. Julgava, de um lado, que, no estudo do ser social, não servem os mesmos instrumentos utilizados nas ciências da natureza; de outro, que não é possível, numa pesquisa de porte ontológico, o tratamento autônomo da questão metodológica, a qual depende do objeto, que sempre demanda formas próprias para ser apreendido. Considerando a fundamentação ontoprática do conhecimento, a determinação social do pensamento e a presença histórica do objeto, Marx praticou, no estudo do ser social, um roteiro de pesquisas muito próprio, com base na analítica da coisa pesquisada e na capacidade humana de abstrair. A força de abstração é apontada por ele como o instrumento adequado para o estudo do ser social, em que se ascende do abstrato ao concreto e se retorna à efetividade, pela qual se medirá o conhecimento alcançado – o conhecer se mede pelo *ser*, e não pelo seguimento de etapas exógenas, predeterminadas de caráter subjetivo. Este é, para Marx, o método científico exato, no qual a mediação entre o ponto de partida empírico e o ponto de chegada concreto se faz por um trabalho das abstrações, cujas operações próprias são: especificação, delimitação, intensificação, articulação – momentos que compõem a *teoria das abstrações*.

Palavras-chave:

Ontologia; epistemologia; método marxiano; marxologia.

The Marx's theory of (rational) abstractions: the scientific correct method in order to study the social being

Abstract:

Karl Marx reaffirmed the primacy of a specifically statutory ontology of the social being over a gnosiology. On the one side, in order to study the social being, he considered that the same instruments of natural sciences would not be sufficient. On the other side, in an ontological research, the methodological questions could not be treated independently, since the object itself demands specific ways of approach. Considering the ontological basis of knowledge, the social determination of thinking and the historical presence of object, in his studies of the social being, Marx developed a research agenda of his own, based on the specific analysis of the specific thing and on the force of abstraction, human abstraction ability. Marx stresses that this ability is the adequate instrument to study the social being. The study should evolve from the most abstract categories until the concrete ones and finally return to effectiveness, which is the proper measure of knowledge, the *being* is the measure of knowledge, and not the following of exogenous and subjective steps. For Marx, that is the exact method, in which the mediation between the point of depart and the concrete point of arrival is achieved through a work of abstractions, whose operations are: specifications, delimitation, intensification, articulation – the components of the *theory of abstractions*.

Key words:

Ontology; epistemology; Marxian method; marxology.

* Agradeço a Vitor B. Sartori pela leitura e pelos comentários da versão preliminar deste texto.

** Professora da Universidade Federal Fluminense – Rio das Ostras. E-mail: vanianoeli@uol.com.br.

Introdução: Marx, ontologia e gnosiologia

Desde há duas centúrias e meia, ao menos, o estatuto de cientificidade de um dado conhecimento tem sido atribuído a fatores exteriores ao próprio conteúdo, especificamente, ao seguimento de certo número e sequência de procedimentos técnicos. Em outros termos, o alcance do conhecimento verdadeiro somente seria possível a partir da eleição e cumprimento de um *método*, previamente elaborado e respeitosamente seguido pelo pesquisador. A gnosiologia, e mais especificamente a epistemologia, foi alçada à primazia das preocupações, relegando o próprio objeto a um nível inferior. As ontologias próprias do século XX, por outro lado, recaíram em diversas formas de idealismo subjetivo.

O marxismo, a despeito de Marx, não ficou imune a esta situação, contaminando-se com preocupações alheias à sua compleição e, assim, perdendo a grande inovação do velho Mouro, justamente aquela que lhe possibilitou realizar as suas descobertas insuperadas sobre a sociabilidade regida pelo capital. Com isso, o marxismo desviou-se do caminho marxiano e rendeu-se às diversas “teorias da suspeição”, as quais proclamam aos quatro ventos o “caos” do mundo e a dispersão quase incompreensível das coisas, bem como a fraqueza do pesquisador para conhecê-las, senão pela mediação de uma estrutura subjetivamente armada que medeie a relação.

Em direção oposta, em Marx não há tratamento autônomo da questão do método, a qual aparece sempre articulada ao ente, relação ou processo a ser estudado. Particularmente, só é discutida no bojo do próprio procedimento de análise das coisas e subordinada à efetividade. Não há nenhuma garantia preliminar de acesso à verdade, mas esta é encontrada apenas por meio de uma *escavação*, de uma descoberta, de um exame acurado das especificidades da coisa estudada no tocante a sua configuração interna e à inter-relacional – que capte e reproduza, afinal, “a lógica da coisa”, que apreenda “a lógica específica do objeto específico” (MARX, 2005, p. 108). A ontologia estatutária¹ inaugurada por Marx, diferentemente da ontologia medieval, não parte nunca de conceitos gerais ou definições preliminares, mas da efetividade e multiplicidade das coisas existentes, as quais analisa e cujas mediações, proposições e especificações dá a conhecer segundo as características que lhes são imanentes. Não há, pois, um debate metafísico sobre “o ser”, já que, para o filósofo alemão, este é o que *é*, ou seja, ser é igual à existência². Nas palavras de Lukács, “A objetividade não é uma determinação (ou um complexo de determinações)” que se acrescenta ao ser e passa a fazer parte deste, mas “deve, pelo contrário, ser reconhecida no sentido rigorosíssimo: todo ser, na medida em que é ser, é objetivo” (LUKÁCS, 2010, p. 327).

Marx parte, portanto, da objetividade como um dado, quer dizer, da existência por si da efetividade, bem como da possibilidade de esta ser conhecida e reproduzida mentalmente, de haver apreensão ideal das formas determinantes da concretude, de se fazer ciência e alcançar a *verdade*. Ademais, sempre estuda os objetos a partir de sua posição no interior de um complexo unitário, donde não ter se dedicado à escrita detalhada de seus pressupostos gnosiológicos nem de outros temas separadamente. Assim, a inexistência de uma discussão propriamente metodológica em Marx não é uma lacuna, uma incompletude ou uma falha teórica, mas revela justamente o núcleo do seu modo de proceder científico. Reconhecendo o primado ôntico da própria coisa, o pensador alemão refuta todo arcabouço autonomizado e prévio para sua apreensão, debruçando-se sobre ele em busca de conhecê-lo por meio da arguta perscrutação do objeto pesquisado, buscando sua específica articulação categorial, o que só muito dificilmente poderia ser encontrado se o pesquisador se pusesse a seguir um volteio de regras e etapas que, em vez de o aproximar, interpõe-se entre ele e o que quer conhecer.

No Mouro, como na realidade efetiva, se não há identidade, também não há separação absoluta entre ser e pensar, fazer e compreender, processos diferentes no interior de uma unidade que se retroalimenta mutuamente. Marx consegue apreender que o pensamento surge nos mesmos processos nos quais a atividade humana se desenvolveu e com que mantém relação constante. O filósofo alemão não se debruça sobre a capacidade de compreender enquanto forma autônoma, pois esta, para ele, é questão já respondida pela própria prática, que incorpora o conhecimento como um dos seus momentos: “O problema de se ao pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é um problema da teoria, e sim um problema *prático*”. Isto porque, assevera, “É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade e a força, o caráter terreno de seu pensamento.

1 Trata-se de uma ontologia não sistemática nem de cunho lógico ou resolução de caráter absoluto, mas de um *estatuto* de cientificidade. “Estatuto é a ordem do reconhecimento ou reprodução teórica da identidade, natureza e constituição das coisas em si (seres ou entes) por seus complexos categoriais mais gerais e decisivos, independentemente, em qualquer plano, de se tornarem objetos de prática ou reflexão. Nesse sentido, é teoria do reconhecimento da objetividade histórico-imanente em suas distintas formas e apresentações (natureza e sociedade).” (VAISMAN; ALVES, 2009, p. 9)

2 Marx reconhece que o ser é sempre concreto, ou seja, não reproduz em sua teoria uma artificial cisão entre ser e ente, como ocorre em Hegel ou Heidegger (cf. SARTORI, 2014; MARX, 1963). Como expressava já nos Manuscritos: “um ser não-objetivo é um *não-ser*. (...) um ser *não-objetivo* é um ser irreal, não sensível. Meramente pensado, isto é, puramente imaginação, um ser da abstração”, ou, segundo outras traduções, uma “absurdidade” (MARX, 1963, pp. 250-1)

O debate sobre a realidade ou a irrealidade de um pensamento, isolado da prática é um problema puramente *escolástico*” (MARX, s/d, p. 208). Saliente-se: não se trata, muito pelo contrário, da identidade idealista pensar e existir; antes, trata-se da inescapável exigência prática de objetivações mediadas pela atividade sensível, que engloba o momento ideal em uma indissolúvel conexão: “A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão desta prática.” (MARX, s/d, p. 210) Como ajuntou Lukács, a querela puramente gnosiológica acerca da prioridade do pensamento ou do ser é falsa: “quando o pensamento, segundo Marx, surge como parte constituinte daqueles processos nos quais a atividade humana surge e se desenvolve no ser social e é determinada pelo ser, (...) o tornar-se eficaz do pensamento já pressupõe o ser social em sua propriedade específica” (LUKÁCS, 2010, p. 359). Ressalte-se, porém, que o acento marxiano está sempre sobre o objeto, o qual é ontologicamente prioritário sobre o pensar (o que significa dizer que o primeiro pode existir sem o segundo, enquanto o contrário não é possível).

Apropriando-se destes importantes indicativos marxianos – não detalhados, mas claros e coerentes –, o filósofo paulistano J. Chasin mostra que Marx rompe com toda uma tradição ao depor a epistemologia do altar da sapiência e repor em seu lugar a própria coisa a ser compreendida. Neste sentido, nos seus termos deliberadamente polêmicos, “Se por método se entende uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos”, ou se se “pressupõe um fundamento gnosiológico, ou seja, uma teoria autônoma das faculdades humanas cognitivas, preliminarmente estabelecida”, ou, ainda, “se envolve e tem por compreendido um *modus operandi* universal da racionalidade” (CHASIN, 2009, p. 89), não é possível encontrar uma reflexão epistemológica autônoma em Marx. E esta não se trata de uma falha ou lacuna, já que “O desafio das *coisas* não se altera ou dissolve pela mera disposição ativa do sujeito enfrentar a decifração das mesmas, nem porque detenha a visualização do roteiro analítico a ser cumprido, e sempre como dificuldade se repõe a cada objeto faceado” (CHASIN, 2009, p. 231). Assim, não há via tracejada a seguir na busca do conhecimento – por isso todo começo é difícil.

Neste texto, pretendemos retomar (com o auxílio de outros autores que pelejaram por entender a mesma questão) o que o próprio filósofo alemão designava como o método científico exato para o estudo do ser social. Para tanto, já que é no real – coisas, fatos, entes e relações – que Marx encontra o parâmetro para averiguar a veracidade de suas conclusões, precisamos passar rapidamente pelas questões entrelaçadas da fundamentação ontoprática do conhecimento, da determinação social do pensamento e da presença histórica do objeto.

I – A prioridade ontológica do ser em sua relação com o pensamento

A recusa ao método enquanto arcabouço teórico preestabelecido e padronizado está relacionada a outros aspectos importantes do pensamento de Marx. Desde suas primeiras obras ele frisa que as formas pelas quais o homem se relaciona com o mundo de que faz parte não são unívocas e unilaterais, mas dependem do que (e como) se apropria. Ele constata que a manifestação da efetividade humana é “múltipla da mesma maneira que são diversas as determinações da natureza humana e as atividades” e que a apropriação da coisa “depende da *natureza do objeto* e da natureza da faculdade correspondente” (MARX, 1963, p. 198). Desta forma, no que toca à sociedade, não há uma maneira universalmente válida de tomar para si, objetiva e subjetivamente, as relações, processos e coisas ali existentes, dado o fato de que são manifestações das capacidades múltiplas do homem:

O homem apropria-se do seu ser omnilateral de uma maneira omnicompreensiva, portanto, como homem total. Todas as suas relações *humanas* ao mundo – visão, audição, olfato, gosto, percepção, pensamento, observação, sensação, vontade, atividade, amor –, em suma, todos os órgãos da sua individualidade, como também os órgãos que são diretamente comunais na forma, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento perante o objeto* a apropriação do sobredito objeto, a apropriação da realidade *humana*. A maneira como eles reagem ao objeto é a confirmação de *realidade humana*. (MARX, 1963, p. 197)

Marx compreende que os homens, ao transformarem a realidade objetiva exterior, também se transformam, despertando em si potências desconhecidas ou inexistentes. Cada objeto com que se relacionam lhes suscita novas capacidades, seres extremamente plásticos que são, e só pode ser devidamente apropriado quando consegue despertar órgãos específicos da individualidade humana: “o caráter *distintivo* de cada faculdade é justamente a sua *essência característica* e, portanto, o modo peculiar da sua objetivação, do seu *ser objetivamente real*, vivo. Não é, por conseguinte, só no pensamento, mas através de *todos* os sentidos, que o homem se afirma no mundo objetivo” (MARX, 1963, pp. 198-9).

Marx também aborda o assunto sob outro viés, demonstrando, por exemplo, como a produção é, também ela, consumo, e vice-versa: “A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto”, ou, dito de outra forma, “não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente” (MARX, 2011, p. 47). Por outros termos, o produto também cria um consumidor adequado à sua fruição, ou seja, desperta

nos indivíduos as capacidades necessárias à sua utilização, as quais, muitas vezes, estavam insuspeitamente contidas entre outras suas possibilidades e que, uma vez não exploradas, poderiam permanecer potenciais. A apropriação subjetiva dos objetos é, portanto, intrínseca ao processo de humanização do homem. Marx reproduz, desta forma, a maneira como se articulam, na vida societária, *práxis social* e *forma subjetiva*, demonstrando a *transitividade* entre elas: “para que possa haver dação sensível de forma, o efetivador tem primeiro que dispor dela em si mesmo, o que só pode ocorrer sob configuração *ideal*” (CHASIN, 2009, p. 98). Em Marx, portanto, como na própria efetividade, “objetividade e subjetividade são resgatadas de suas mútuas exterioridades”, de maneira que “uma transpassa ou transmigra para a esfera da outra”. Assim, a realidade humanossocietária é “decantação de *subjetividade objetivada* ou, o que é o mesmo, de *objetividade subjetivada*”, ou seja, da “subjetividade como *atividade ideal* e da objetividade como *atividade real*” (CHASIN, 2009, p. 98).

Para o que nos interessa no momento, resta frisar que a primazia da relação está com o objeto, que suscita ou é capaz (em determinadas circunstâncias) de modificar, pela mediação da atividade humana, as capacidades subjacentes aos indivíduos. Por outro lado, enquanto a prática está irremediavelmente ligada ao pensamento, já que a prévia ideação é necessária a toda ação (a qual, para atingir seus fins, deve estar subordinada à rede causal objetiva), este não necessariamente traz consequências práticas, podendo esfumar-se em elucubrações irrealizadas e nunca se efetivar na realidade concreta. A fundamentação ontoprática do conhecimento diz justamente respeito a esta indissolúvel conexão entre prática e pensamento.

Marx demonstra também, seguindo o mesmo raciocínio, que as construções ideais que reproduzem a realidade – incluindo, portanto, a ciência – são socialmente determinadas. Na direção contrária das teorias que propugnam uma suposta e pretensamente superior neutralidade axiológica – seja ao encarar os acontecimentos como fatos sociais, seja na perspectiva weberiana (que entende “apenas” – o que já é quase tudo – a seleção do objeto como impregnada pela subjetividade do pesquisador, pleiteando também ele uma pesquisa neutra), Marx afirma continuamente o *caráter interessado* de todo saber sobre a sociedade humana. O filósofo alemão critica toda análise que “separa a ‘pena’ do sujeito que escreve, e esse sujeito que escreve, considerado ‘escritor abstrato’, do homem histórico, vivo, que escreveu” (MARX; ENGELS, s/d, pp. 150-1). Para ele,

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais e atuantes, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar a suas formações mais amplas. A consciência não pode ser nunca outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real. (MARX; ENGELS, 1985, p. 26)

Vê-se, pois, que, no seu entender, a própria consciência é um produto social: daí a análise buscar a origem e necessidade de sua objetivação. Atividade ideal é atividade social, ou seja, o pensamento não é meramente individual, mas atualização de uma capacidade específica de um ser social, que não se despe desta sua sociabilidade para efetivá-la, de forma que suas reflexões estão sempre impregnadas pela sua época. Trata-se justamente da determinação social do pensamento, que considera a subjetividade na sua situação complexa de estar no mundo. Nesse sentido, entende-se, por exemplo, que a natureza falsa ou verdadeira das representações não brota do movimento constitutivo da própria esfera subjetiva, não depende da boa ou má vontade do sujeito envolvido no processo, mas está relacionada com a sociedade em que vive. Nos dizeres de Lukács, “todo conhecimento é apenas uma aproximação mais ou menos ampla do objeto. E os meios espirituais e materiais dessa aproximação são, por sua vez, determinados pelas possibilidades objetivas da respectiva sociabilidade” (LUKÁCS, 2010, pp. 359-60). Esta determinação ocorre no âmbito objetivo e no subjetivo, dado que

como as constelações objetivas – das quais surgem tanto as perguntas quanto as respostas – são determinadas pelo desenvolvimento objetivo que também produz o fundamento-do-ser de cada homem singular, frequentemente as relatividades aí contidas recebem diretamente, para aqueles que convivem, um caráter absoluto, que por sua vez pode ser fixado – como absoluto – pelo grau de desenvolvimento objetivo e suas condições de movimento, ou poder ser causalidades como relativo (LUKÁCS, 2010, pp. 359-60).

Para além deste aspecto, Marx frisa a questão da própria etapa de desenvolvimento do objeto a ser estudado – que, em poucas palavras, diz respeito a uma situação histórica particular que possibilita ou dificulta, em maior ou menor medida, sua apreensão. Por conseguinte, o entendimento ou não de uma relação, ser ou coisa está determinada pelo seu grau de maturidade histórica: “a plena entificação ou atualização do objeto é fundamental na relação cognitiva; a presença histórica de seu corpo maturado faculta, de seu polo, o conhecimento, ao passo que em

graus imaturados atua como obstáculo ou provoca obnubilação” (CHASIN, 2009, p. 119)³. Em diversas situações, por exemplo, Marx explicita a dificuldade que teriam os economistas alemães, dada a in contemporaneidade de sua estrutura industrial e o estágio avançado das lutas de classes, de realizar um estudo verdadeiramente científico neste campo:

Na Alemanha a economia política continuou sendo, até agora, uma ciência estrangeira. (...) Faltava (...) o terreno vivo da economia política. Ela foi importada da Inglaterra e da França como mercadoria pronta e acabada; seus catedráticos alemães não passaram de estudantes. Em suas mãos, a expressão teórica de uma realidade estrangeira transformou-se numa coletânea de dogmas, por eles interpretada, de acordo com o mundo pequeno-burguês que os circundava, sendo portanto distorcida. (MARX, 1988, p. 22)

Quando estes limites foram superados, ou seja, quando o capitalismo avançou na Alemanha, após 1848, o tratamento científico do tema já não era possível, pois a burguesia entrara em sua fase de decadência ideológica. Em suma, “Enquanto podiam tratar de economia política de modo descomprometido, faltavam as relações econômicas modernas à realidade alemã. Assim que essas relações vieram à luz, isso ocorreu sob circunstâncias que não mais permitiam o seu estudo descompromissado na perspectiva burguesa.” (MARX, 1988, p. 22) De outro lado, o próprio pensamento marxiano, em particular em seus aspectos mais diretamente econômicos, só foi possível pelo momento histórico em que este vivia, em que o capitalismo já se mostrava como dominante e as lutas de classes estavam avançadas. Pode-se afirmar, portanto, que as (im)possibilidades históricas de compreensão de um dado objeto relacionam-se a seu grau de desenvolvimento, que facilita ou dificulta a tarefa conforme esteja avançado ou seja embrionário.

Vemos, portanto, três temas articulados a *fundamentação ontoprática do conhecimento*; a *determinação social do pensamento* e a *presença histórica do objeto* enquanto determinantes para entendermos qual o método científico exato segundo Marx. Feitas estas abordagens preliminares, é necessário, porém, esclarecer ainda outra questão: o fato de que Marx não construiu uma estrutura conceitual, de definições preliminares, silogísticas ou de tipos ideais, mas uma *teoria das formas de ser*.

II – A teoria das formas de ser e a analítica das coisas

A proximidade ou o distanciamento de Marx com relação a Hegel tem dado pano para muitas mangas na marxologia. No interior deste debate, e também no âmbito mais geral do marxismo, a questão da dialética tem sido muito mal compreendida, tomada que é como princípio metafísico retor da concreticidade ou, pior, como postulado metodológico. Como se trata de um tema importante para entender o método marxiano, vale a pena mencionar o próprio Marx, para quem “A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede, de modo algum, que ele tenha sido o primeiro a expor as suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente”. Mas ele junta imediatamente que “É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (MARX, 1988, pp. 26-7). Nosso filósofo sublinha não só a diferença, mas a antítese⁴ de seu próprio método em relação ao hegeliano.

De fato, como é sabido, Hegel substancializa o pensamento, transformado em sujeito que chega a ser o próprio demiurgo do real: “Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem.” (MARX, 1988, p. 26) Assim, Marx não encontrou em Hegel um princípio epistêmico – a dialética – que, uma vez invertida, pudesse “aplicar” no estudo do ser social. Ele destacou como positividade em Hegel a apreensão da *contradição* enquanto atributo da realidade, cujo movimento expunha. “Reconhecimento de um mérito sem dúvida, mas situado no terreno da *generalidade*, ainda mais quando precedido e sucedido da grave ressalva de que aquele tenha sofrido uma *mistificação*” (ALVES, 2012, pp. 174-5). Esta diz respeito à substancialização que a dialética sofre em Hegel, como contradição, enquanto expressão da ideia infinita, que se manifesta em forma finita e limitada no real. Em outros termos, em Marx, “Não é a contradição que se move por meio na relação

3 Marcos L. Müller também fala em maturidade histórica, mas nota-se nele uma oscilação na forma de entendê-la: ora é uma questão ontológica, ora uma questão metodológica, ou seja, de apreensão pelo sujeito, como na frase seguinte: “A dialética pode ser o modo de exposição racional de um objeto depois que a investigação o conduziu pela análise e pela crítica ao ponto em que ele esteja maduro para a exposição” (MÜLLER, 2014). Chasin apreende em Marx a maturidade do objeto como algo que lhe é imanente, pela sua própria constituição histórica, e é esta que faculta ou dificulta a apreensão e análise crítica: “as condições de possibilidade dos distintos momentos da configuração teórica são dadas pelas inflexões da sociabilidade, favorecendo ou desfavorecendo, pelo grau de desenvolvimento do objeto e pelas mutações de ótica correspondentes, a exercitação apropriada e clarificadora da cientificidade ou, às avessas, a parcialidade desfiguradora” (CHASIN, 2009, p. 117)

4 Marx adverte que a semelhança do seu método com o hegeliano está no modo expositivo, não na investigação, como veremos adiante.

antitética entre valor e valor de uso no cerne da forma mercadoria, mas é esta um *caráter* imanente à forma de ser dos produtos como realização do trabalho no processo de valorização” (ALVES, 2012, pp. 174-5). Assim, Marx ressalta a contradição enquanto propriedade das relações e da própria constituição dos objetos, que só existem por conta de movimentos contraditórios inescapáveis. Bem compreendida, portanto, a dialética não é um *método*, um procedimento mais sensível à contradição, mas a “síntese efetiva que preside a existência concreta de dados produtos humanos numa sociabilidade atravessada por um tipo específico de determinações”, ou seja, não se trata de um princípio ahistórico, aontológico, “mas de explicitar a contraditoriedade imanente e essencial” (ALVES, 2012, p. 148). “Razão pela qual a *dialética* só é passível de descobrimento, jamais de aplicação.” (CHASIN, 2009, p. 236)

Diferentemente de Hegel, Marx apreende a realidade como ponto de partida concreto que, reproduzido pelo pensamento, assume a feição de *concretude pensada*, de reprodução ideal de um dado ser que é, ele próprio, complexo e multidimensionado e que não se apresenta enquanto totalidade de relações à intuição ou à empiria, demandando ser *decifrado*. Destes objetos, processos ou relações objetivos, existentes em si mesmos, salienta-se, antes de tudo, a *contradição* que lhes é imanente. Dito de outra forma, a ontologia estatutária marxiana parte da objetividade, a qual remete, simultaneamente, à concretude sensível e ao vir a ser contraditório e relacional. Em Marx, portanto, a análise é sempre concreta e de uma situação concreta, bem como ser é sempre *ser objetivo*. Como ele mesmo expressou,

De prime abord eu não parto de “conceitos”, portanto também não parto do “conceito valor”, por esta razão também não faço de modo algum “divisão” [entre valor-de-uso e valor-de-troca]. Meu ponto de partida é a forma social mais simples que se expressa como o produto do trabalho na sociedade atual, a mercadoria. Eu a analiso, desde logo, na forma pela qual ela aparece. (MARX *apud* FORTES, 2011, p. 267)

Marx marca claramente sua posição, contrária à da tradição especulativa anterior e também à epistemológica posterior. As categorias marxianas não são construtos ideais: trata-se de propriedades ou atributos inerentes ao próprio ser. Longe de serem conceitos predefinidos, figurações ideais ou elaborações intelectivas silogísticas, as categorias são as formas de ser efetivas capturadas pelo pensamento – estão dadas “tanto na realidade como na cabeça”; não são meros instrumentos conceituais construídos pela interpretação do pesquisador para ordenar a realidade, mas “expressam formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011, p. 59). Trata-se da “formulação intelectual-verbal daquilo que é, no mundo existente, o permanente, o essencial”, ou seja, são “momentos de generalidade daqueles complexos de objetividades que justamente conhecemos como momentos indissolúveis do ser de todo o existente” (LUKÁCS, 2010, p. 367). Ressalte-se, porém, com a máxima ênfase as diferenças com relação à especulação: as categorias marxianas não se referem a um ser indeterminado ou inespecífico, generalizado, mas são “a determinação particular e precisa de um existente dado – ente ou processo – em sua inerência e imanência, como *síntese objetivo-efetiva de determinações*” (ALVES, 2012, p. 21). A reprodução categorial também não é idêntica, como no idealismo, ao momento de entificação dos seres, mas se refere à apreensão e reprodução mental das formas do efetivamente existente, do que e por que são, em sua multiplicidade e concreticidade. Em síntese:

A analítica marxiana tem por pressuposição a existência por-si do concreto como articulação categorial finita e autossustentada, o reconhecimento da preeminência do efetivo, da *coisa*, como algo que é. Um algo anterior e independentemente aos atos pelos quais outro ente objetivamente posto, o indivíduo socialmente determinado – ou mesmo um conjunto deles – o interpela com a finalidade de compreendê-lo e explicá-lo. (ALVES, 2012, p. 387)

Como remetem à efetividade concreta, as categorias não estão rigidamente dadas, nem podem ser entendidas conforme as operações epistemológicas, ou seja, “não se definem, nem se acham circunscritas em seu âmbito de validade, por um estatuto unívoco e invariável” (ALVES, 2012, p. 139). Elas “capturam as *funções determinadas*, as quais são expressas em categorias determinadas (...), figuração particular advinda da forma das relações sociais que delimitam um dado modo concreto de produzir a vida humana, que é assumida pela atividade e pelos produtos desta” (ALVES, 2012, p. 127). Como produtos de condições históricas, sua validade só é plena naquelas condições e limites – só assim são *abstrações razoáveis*. Uma abstração é considerada razoável “na medida em que efetivamente destaca e fixa o elemento comum, poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse *Universal*, ou o comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações” (MARX, 2011, p. 41). Marx expressou várias vezes que o fenômeno mais desenvolvido é mais fácil de estudar que o fenômeno menos desenvolvido, e a manutenção de elementos das formas antigas nas novas, que as desenvolvem até as últimas consequências, é um dos pontos que facultam esta mais ampla possibilidade cognitiva. Registre-se e sublinhe-se, porém, que ele frisa repetida e enfaticamente: no procedimento de pesquisa não se pode obliterar a especificidade do que se investiga. Para ele, conhecer é justamente encontrar e explicitar as formas próprias, as particularidades. Com este cuidado de não deixar escapar a diferença específica, o nódulo central do roteiro analítico de Marx, por

exemplo, entende-se que a sociedade burguesa contém *uma chave*⁵ para compreender sociedades passadas, uma vez que é a mais desenvolvida até agora existente e traz em seu bojo os resquícios daquelas formas, agora superadas parcial ou totalmente:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas (MARX, 2011, p. 58).

Na mesma direção, Marx demonstra que só se tornou possível a captura ideal do *trabalho em geral* em vista do desenvolvimento concreto mais rico da própria atividade sensível na sociedade moderna do capital, que promove a indistinção dos múltiplos gêneros de trabalho: as “abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos” (MARX, 2011, p. 57). De maneira que, conforme salientou Lukács, “Marx considera a universalidade uma abstração realizada pela própria realidade que então e só então se torna uma ideia justa quando a ciência reflete, adequadamente, o desenvolvimento vital da realidade em seu movimento, na sua complexidade, em suas verdadeiras proporções” (LUKÁCS *apud* CHASIN, 2009, pp. 168-9). Ainda de acordo com Lukács, a universalidade não é algo acrescentado a um ser pelo pensamento, enquanto que “a objetividade é a forma primordial concreta e real de cada ser” e, portanto,

de todo nexos categorial, que nós, após transportá-lo para o pensamento usamos exprimir como sua genericidade e expressar como sua universalidade [*Allgemeinheit*], como a universalidade de seu ser – determinado. (...) a universalidade não é nada mais nada menos que, em primeiro lugar, uma determinação do ser, exatamente como a singularidade [*Einzelheit*], é só porque ela, tanto quanto a singularidade, existe e opera no ser mesmo como determinação da objetividade, pode tornar-se – reproduzida pela consciência – um momento fecundo do pensamento. (LUKÁCS, 2010, p. 261)

Bem assim, a complexidade é imanente ao próprio existente, de forma que não é uma mera junção de entes em si simplórios. Afinal, “Como articulação de determinações imanentes, o concreto é já uma síntese. Uma composição de totalidade que permite a existência da coisa na sua particularidade real e objetiva” (ALVES, 2012, pp. 124-5). Nas palavras de Marx,

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. (MARX, 2011, p. 54)

O ser elemento não conforma as categorias como isoladas, antes ao contrário, estão sempre em interconexão com outras, porque são “elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo” (LUKÁCS, 1979, pp. 28-9).

Desta forma, todo estudo que almeje a objetividade tem de atentar, de um lado, para a especificidade – pois sem compreender a diferença específica não se explica nenhum objeto – e, de outro, para a totalidade em que o objeto está inserido, inter-relação sem a qual também não é passível de compreensão. A relação entre singularidade e universalidade é de tal porte que seu profundo desvendamento sob a forma de universalidade possibilita também a compreensão exata do singular.

Note-se, porém, que o real, em sua complexidade, não é capturável imediatamente, não manifesta na imediatividade seus nexos constitutivos essenciais. Este é o sentido da conhecida afirmação marxiana segundo a qual a ciência seria supérflua se a essência e a aparência coincidissem. Caso não seja ultrapassada a forma fenomênica, não se alcança a captura do concreto, pelo menos não em seus aspectos qualitativos, chegando-se, no máximo, a justaposições de elementos quantitativos ou à concatenação superficial, a partir de princípios gnosiso-epistêmicos ou lógicos, de aspectos parciais. De forma que “a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem. Para

5 É importante salientar que não se trata *da* chave para o entendimento das sociedades anteriores, mas de uma chave. Como observou corretamente Lukács, “Marx vê aqui, com legítima consideração crítica, ‘uma chave’, não ‘a chave’ para decifrar o ser em sua historicidade. Isso porque o processo da história é casual, não teleológico, é múltiplo, nunca unilateral, simplesmente retilíneo, mas sempre uma tendência evolutiva desencadeada por interações e inter-relações reais de complexos sempre ativos.” (LUKÁCS, 2010, p. 70) O próprio Marx ressalta: “se é verdade que as categorias da economia burguesa têm uma validade para todas as outras formas de sociedade, isso deve ser tomado *cum grano salis*. Elas podem conter tais categorias de modo desenvolvido, atrofiado, caricato etc., mas sempre com diferença essencial.” (MARX, 2011, p. 59)

chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*” (KOSÍK, 1995, p. 13). A concreticidade demanda, pois, um esforço intelectual de compreensão que passa pela sua decomposição:

o verdadeiro concreto da realidade capitalista não é dado pela experiência direta da circulação de mercadorias e pelo movimento dos preços, isto é, pelas categorias da circulação, mas é o resultado de um processo de pensamento que reconstrói a constituição sistemática do capital a partir das determinações mais simples, abstratas e aparentes da produção capitalista (mercadoria, valor, dinheiro, circulação), para chegar às mais ricas, concretas e essenciais, através da explicitação das categorias da produção a partir da lei da valorização (mais-valia, exploração, tempo de trabalho, trabalho necessário e excedente, mais-valia absoluta e relativa, cooperação, divisão do trabalho, maquinaria, trabalho assalariado, reprodução e acumulação (MÜLLER, 2014).

As formas fenomênicas – que são, também elas, partes integrantes das coisas – não são autoexplicativas, exigem uma decifração em que são explicadas e suas contradições são esclarecidas. Neste mister, em vez de instituir um método *a priori* ou arranjos mentais subjetivos que supostamente facilitem o caminho do conhecimento, Marx toma a via mais difícil – mas única que leva ao destino visado – do debruçar-se sobre a própria coisa, na busca de identificar suas características e sua diferença essencial. Trata-se de uma *analítica das coisas*, as quais regem a pesquisa, dada sua prioridade ontológica com relação ao pesquisador.

Frise-se, porém, que não se trata de um apassivamento do pesquisador. Quer-se destacar a regência do objeto, mas esta, de nenhum modo, implica a apatia do sujeito. Este tem uma tarefa árdua, já que, sem mapas nem atalhos, precisa desvendar o objeto que tem diante de si, buscando explicitar a gênese dos processos e as contradições que encontra, além de demonstrar a especificidade e a articulação categorial da coisa estudada: “a crítica verdadeiramente filosófica”, afirma Marx, “não indica somente contradições existentes; ela *esclarece* essas contradições, compreende sua gênese, sua necessidade. Ela as apreende em seu significado *específico*”, busca “apreender a lógica específica do objeto específico” (MARX, 2005, p. 108). A análise imanente pressupõe que “antes de interpretar ou criticar é incontornavelmente necessário compreender e fazer a prova de ter compreendido” (CHASIN, 2009, p. 25). O entendimento é exposto pela reprodução analítica da estrutura, conteúdo e interligação dos objetos:

Somente o método dialético pode conduzir ao verdadeiro concreto, porque ele o expõe na forma de um resultado desenvolvido pelo pensamento a partir das categorias mais simples e abstratas (e aparentes), que se determinam e enriquecem progressivamente em categorias mais complexas e intensivas (e essenciais), até chegar ao concreto total, “à totalidade concreta enquanto totalidade de pensamento”, ao “concreto de pensamentos”. (MÜLLER, 2014)

A análise das coisas – realizada trabalhosa e integralmente – é necessária, como visto, porque as formas de aparição dos fenômenos não expõem em sua integralidade e complexidade suas formas de existência. Como o seguimento de uma estrutura metodológica não garante o acesso à coisa, só se alcança a sua essência ao destrinchá-la, decompô-la em suas partes constitutivas, compreendê-las em sua especificidade e na inter-relação com as demais: “É exatamente nisto que consiste uma analítica, no separar (*fernzuhalten*) os elementos, em distingui-los e identificar o âmbito de determinações particular a que cada qual pertence, em indicar assim a *differentia specifica* das formas de ser” (ALVES, 2012, p. 94). Não se parte de um caminho predeterminado para confirmar hipóteses postas desde o início, orientando-se por roteiro lógico ou metodológico, mas justamente a ausência de uma solução prévia e exterior ao objeto, dada a prioridade ôntica da coisa, é que exige a sua análise acurada, um exame cuidadoso, o adentar o seu imo e compreendê-lo em si e na conexão com outros seres. Este se faz, no tocante à ontologia regional do ser social, por um trabalho de abstrações – cujas operações próprias são especificação, delimitação, intensificação, articulação – que compõe a teoria das abstrações, par dialético-categorial da *analítica das coisas* (CHASIN, 2009).

III – A teoria das abstrações

No “Prefácio” à primeira edição de *O capital* o filósofo alemão diferencia cabalmente a forma de captura da realidade social daquela própria dos estudos da natureza. Para o autor, nas análises das estruturas societárias, “não podem servir nem o microscópio nem reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos” (MARX, 1988, p. 18). Em outros termos, no tocante ao estudo do ser social, experimentos semelhantes aos das ciências naturais são *ontologicamente impossíveis*, dada a especificidade do campo societário, cabendo à capacidade humana de abstração a possibilidade de apreensão do objeto. O Mouro ressalta que o caminho que vai do abstrato ao concreto, mentalmente apresentado, é “o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental” (MARX, 2011, p. 54). Ou seja, afastadas as possibilidades experimentais e controláveis que estão dadas às ciências da natureza, a forma científica (e, portanto, distinta da artística, religiosa etc.) de apropriar-se da especificidade do ser social é reproduzi-la como *concreto pensado*: “O todo como um todo de pensamentos (...) é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível” (MARX, 2011, p. 55). O concreto pensado reproduz a conexão entre efetividade e cientificidade, entre existir e pensar, em que o primeiro,

dado independentemente das atividades do intelecto, pode ser apreendido e reproduzido pelo pensamento – no caso do ser social, a única forma de estatuir a cientificidade.

Expondo seu “método” – ou, se tomado este termo na sua acepção moderna, seu *antimétodo* (ALVES, 2012) – de pesquisa, o filósofo vaticina: a realidade preexiste à pesquisa, o objeto precede o conhecimento e deve, portanto, estar constantemente em consideração na sua representação ideal, ou seja, cientificamente deve-se partir do imediatamente dado. Observe-se, porém, que não se trata de um fenomenologismo nem de um empirismo. Esclarece: “Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo (...). Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso” (MARX, 2011, p. 54). Marx argumenta que, partindo-se do todo imediato, aparente apenas em seus complexos parciais, desemboca-se numa “representação caótica do todo”: a totalidade e cada parte abordada são simples abstrações, se desconsiderados seus elementos constituintes.

Para Marx, portanto, o recurso metodológico adequado para o estudo do ser social é a *força de abstração* – uma competência intelectual para extrair os momentos mais centrais das relações, coisas e seres estudados no âmbito social e, assim, apropriar-se deles em sua plenitude e complexidade. A *força de abstração* é o “órgão peculiar da individualidade” no que pertence à apropriação ideal dos objetos sociais, a “capacidade mental de escavar e garimpar as coisas”, por meio da qual o sujeito que “opera cognitivamente” consegue captar o movimento real (CHASIN, 2009, p. 122). Ou, ainda:

é uma qualidade individual ou força essencial de apropriação peculiar dos objetos, que se realiza de modo específico de acordo com a sua própria natureza e em consonância com a natureza do objeto apropriado. Enquanto força performática, sua apropriação é ideal, reprodução intelectual de entidades reais, o que se confirma pelo caráter ontológico das abstrações produzidas (CHASIN, 2009, p. 123).

Desta forma, a pesquisa não é idêntica ao coletar e agrupar caracteres empiristas e/ou à sua descrição por um silogismo lógico superficial, mas um processo de garimpagem de elementos da coisa estudada pelo intelecto humano, um processo de *abstração*. Como as categorias ontológicas não querem figurar universais *a priori* ou conceitos autônomos com relação ao concreto, mas expressar as próprias coisas efetivas e complexas, devem ser regidas pelo complexo fenomênico em tela. A cientificidade se põe, assim, não como um processo prévio, separado da efetividade, mas só pode ser definida com base na processualidade que pretende apreender.

De forma que as *abstrações ontológicas* (CHASIN, 2009) são determinações ou categorias simples que não são geradas por pontos de vista epistemológicos, mas derivam da própria coisa. Marx especifica *categorias simples* ou *relações gerais*, ainda que expressem “frequentemente aspectos isolados”, como “formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011, p. 59), que estão dadas na realidade efetiva – e, pelo esforço intelectual, reproduzidas no entendimento. Elas devem registrar adequadamente traços comuns a todos ou a muitos dos objetos que investiga, evitando a repetição cansativa e pouco produtora de informações idênticas e permitindo também o destaque das diferenças essenciais, por comparação. Segundo Chasin, a abstração retém “*aspectos reais*, comuns às formas temporais de entificação dos complexos fenomênicos considerados”, comparando entes concretos, num processo de síntese – e só por isso as abstrações resultantes são *razoáveis*: “A razoabilidade está no registro ou constatação adequado, ‘através da comparação’, do que pertence a todos ou a muitos sob diversos modos de existência. (...) seu mérito é operar subsumida à comparação dos objetos que investiga” (CHASIN, 2009, pp. 124-5).

Essas abstrações vazias constituem-se no ponto de partida da elaboração teórica, a qual, “por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples” (MARX, 2011, p. 54). As *abstrações razoáveis* destacam e fixam característicos compartilhados, mas nenhum destes traços comuns é substância pura, e sim um todo complexo integrado por múltiplas formas e modos de ser, que nele atuam como “partes moventes e movidas” (LUKÁCS, 2010, p. 289), como “unidade do diverso”. Sendo o universal comum multiplamente articulado, “síntese de múltiplas determinações”, a função primária das abstrações razoáveis é evidenciar a diferença específica, já que ignorá-la é distanciar-se dos objetos reais (com o que se criam abstrações *irrazoáveis*, generalizadamente vazias). Afinal, já dissera Marx, “uma explicação que não dá a *differentia specifica* não é uma explicação”, mas dá “apenas a aparência de um conhecimento real, pois esses sujeitos reais permanecem incompreendidos, visto que não são determinações apreendidas em sua essência” (MARX, 2005, p. 34). Em poucas palavras, a perda da “diferença essencial mutila a reprodução ideal do *ser-precisamente- assim*, indeterminando o objeto pelo cancelamento de sua processualidade formativa e especificação histórica” (CHASIN, 2009, p. 125).

No processo de pesquisa, a síntese categorial, que é objetiva, imanente à concretude, deve também passar a existir enquanto “concreto pensado”⁶. Em outros termos, a “concretude sintética, o existente, em Marx, nesse contexto, se diz de dois modos: primeiro como *este* ente ou processo efetivo por-si; depois, como *totalidade de pensamentos*” (ALVES, 2012, p. 161). As abstrações são, portanto, o ponto de partida do método científico exato, e isto não por um critério epistemológico qualquer, mas por imposição da própria natureza da coisa que se pesquisa. As abstrações *delimitadas, depuradas* são um meio, não o fim do conhecimento, logo, têm o caráter de uma etapa analítica apenas provisória. Esta é justamente a sua função secundária: são o *ponto de partida* da elaboração teórica, não seu resultado último. Tal somente se alcança medindo comparativamente aquelas abstrações com a realidade que elas pretendem reproduzir mentalmente em sua totalidade multifacetada. *Depuradas* as abstrações em sua razoabilidade, trata-se agora da caminhada de volta, dando de novo com o real – não mais como “a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX, 2011, p. 54). Conforme sintetizou Ronaldo Vielmi Fortes,

O processo de formação ideal das categorias consiste na apreensão dos traços gerais de elementos concretamente existentes. Abstrai-se aqui o complexo de interações da categoria – tais como suas determinações e peculiaridades históricas, sociais, de circunstância etc. – focalizando a atenção nos atributos mais gerais de tal elemento. (...) Este caminho leva do concreto imediato até a síntese abstrata e ainda “rarefeita” de elementos da totalidade. O *caminho de volta* implica, por sua vez, a decomposição rigorosa e minuciosa das características da categoria e do complexo parcial no interior da totalidade, em outras palavras a especificação das categorias, de suas interações, no interior do complexo. (FORTES, 2011, p. 125)

Essa “viagem de retorno” é necessária porque a verdade está na efetividade, na concretude, no sensível. Deste modo, a verdade não é determinável por algum critério da faculdade de julgar ou de abstrair, mas sim pela própria existência: o efetivamente existente é o metro pelo qual se mede a correção ou não de um pensamento, parâmetro que não pode ser substituído pela mera aplicação de qualquer construto metodológico prévio e independente com relação à sua própria malha interna e às interdeterminações recíprocas da coisa pesquisada. Tampouco ficam a meio caminho, como a economia política, que toma a abstração como o resultado da pesquisa. Nos termos chasinianos, “o *ser* é chamado a parametrar o *conhecer*”, de forma que, segundo o “rigor ontológico, a consciência ativa procura exercer os atos cognitivos na deliberada subsunção, criticamente modulada, aos complexos efetivos, às *coisas* reais e ideais da mundaneidade” (CHASIN, 2009, p. 58). Aí ocorre uma metamorfose: as abstrações razoáveis, mantendo a condição de pensamentos, convertem-se em *momentos concretos* de apreensão e reprodução dos graus históricos efetivos. Parte-se do empírico para se alcançar o *concreto pensado*, passando pela abstração de determinados momentos isolados, donde se retorna à própria concretude, a qual lhes dá sua última configuração. Exposto, em suas determinações mais gerais, nas abstrações razoáveis, o concreto não é apenas fundamento da pesquisa, mas permanece presente em todo o processo, enquanto parâmetro último. Por outras palavras,

A remissão categorial ao concreto realmente existente tem, pois uma dupla vigência teórica. Por um lado, na aferição da razoabilidade dos conceitos, na avaliação da relação destes, como *pontos em comum* ao diverso. Por outro lado, e principalmente, na etapa de concreção das abstrações, onde estas perdem sua vacuidade e são preenchidas pelo conteúdo determinativo real e particular. (ALVES, 2012, p. 387)

Para que as categorias percam seu caráter genérico e simples e ganhem concretude e se saliente a diferença específica deve haver uma *intensificação ontológica*, a “atualização das virtualidades de sua natureza ontológica enquanto forma de apropriação ideal dos objetos reais” (CHASIN, 2009, p. 129). Esta intensificação se opera por meio da aproximação e comparação destas potencialidades aos traços efetivos, para serem medidas por estes e, então, ajustadas, procedendo-se à especificação, à delimitação e à articulação categoriais.

Dentre os momentos necessários para que ocorra a elevação das “abstrações razoáveis” a reprodução de momentos concretos, Chasin destaca o do “depercimento da abstratividade”, a *especificação*: “na rota que vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto, as abstrações razoáveis devem perder generalidade por especificação, adquirindo os perfis da particularidade e da singularização, ou seja, a fisionomia de abstrações razoáveis *delimitadas*” (CHASIN, 2009, pp. 129-30). A especificação é um momento analítico do qual resulta uma determinação histórica e social que pode restringir o conteúdo e a vigência de determinadas categorias. De acordo com Lukács,

6 “A ascensão do abstrato ao concreto não é uma passagem de um plano (sensível) para outro plano (racional); é um movimento no pensamento e do pensamento. Para que o pensamento possa progredir do abstrato ao concreto, tem de mover-se no seu próprio elemento, isto é, no plano abstrato, que é a negação da imediatividade, da evidência e da concreticidade sensível. (...) O progresso da abstratividade à concreticidade é, por conseguinte, em geral, o movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto.” (KOSÍK, 1995, pp. 36-7)

Especificação significa aqui em termos ontológicos: examinar que êxitos determinadas leis, sua concreção, sua transformação, seu fazer-se tendência, seu concreto operar em determinadas circunstâncias concretas possuem para determinados complexos concretos. (LUKÁCS *apud* FORTES, 2011, p. 117)

A especificação das particularidades é necessária porque os aspectos, leis e diretrizes gerais não dão conta da compleição concreta das coisas em sua complexidade. Quando dissolvidas as categorias, estas agora são apreendidas em suas forma mais profunda, concreta, em articulação com as formas de aparição. Assim,

o momento da especificação subentende a representação das formas concretas de realização dos complexos, momento em que se dissipam as representações genérico-abstratas da legalidade tendencial e tem lugar a diversidade histórica de suas efetivações. (...) O traçado geral das tendências históricas fornece apenas a dimensão geral das determinantes atuantes na realidade; a demarcação dos desvios históricos reais destas leis tendenciais é a determinação precisa e necessária do procedimento investigativo (FORTES, 2011, p. 117).

Se toda coisa é uma pletera complexa de determinações e inter-relações, nem por isso todas são equivalentes e têm idêntico peso, fazendo-se necessário demonstrar as determinações delimitadoras recíprocas que regem a proposição de cada qual no todo da coisa pesquisada. Para dar conta do rico gradiente de caracteres dos objetos estudados, é preciso trazer a lume sua concatenação, sua específica articulação entre si e com o todo. Em Marx, ao contrário do que ocorria na economia política e na especulação, a articulação categorial não advém de uma atribuição formalista ou lógica, mas do retratamento da conexão íntima do próprio objeto em estudo. O próprio complexo estudado que diz da situação e da importância dos nexos entre as categorias, não selecionadas por critérios exteriores, de forma a alcançar sua integração e suas relações mútuas. Em outros termos, as abstrações razoáveis e delimitadas são articuladas segundo a lógica imanente que legisla o feixe de determinações examinado. Trata-se, conforme Chasin, do “estágio mais desenvolvido do próprio método, que integra e proporciona a plena realização de seus momentos anteriores” (CHASIN, 2009, p. 131).

Como apontou Lukács, os tipos de interações entre as infinitas determinações contidas em toda objetividade exprime esta infinidade de possibilidades (LUKÁCS, 2010). Nesta direção, remetendo-se novamente à diferença entre método de pesquisa e modo de exposição, Chasin destaca que a ordem em que aparecem e as posições ocupadas pelas categorias nos trabalhos marxianos não é aquela pela qual o pesquisador delas tomou conhecimento, mas reproduz teoricamente a coisa estudada. Assim, em Marx, a sequência em que aparecem e o lugar que ocupam as categorias remetem sempre a

suas incorporações pertinentes ao concreto de pensamentos, ou seja, da integração de cada uma delas, pela via das múltiplas e sucessivas intensificações, delimitações e articulações das abstrações, ao processo de reprodução mental do objeto real, de modo a recompor, ao nível da concreção realizada, na ordem própria ao concreto pensado, por conseguinte de seu discurso, o ordenamento intrínseco ao objeto em reprodução, de tal forma que a *sequencialidade* das categorias, no concreto pensado, seja a reprodução de sua *simultaneidade* real no objeto (CHASIN, 2009, pp. 244-5).

A investigação não termina, entretanto, ao perspectivar as interações categoriais, com o que se correria o risco do uniausalismo ou da indeterminação. As determinações são *momentos essenciais constitutivos do próprio ser societário* e, portanto, a “relação entre categorias não é da mesma ordem, relevância e grau, uma vez que a participação de determinadas categorias no interior do complexo pode dar-se sob a forma da primazia ou da anterioridade necessária em relação a outros elementos” (FORTES, 2011, pp. 131-2). Em outros termos, a análise das inter-relações categoriais deve considerar o fato de que não estão contempladas ali apenas relações paritárias, mas também a sobreordenação e a subordinação das categorias, as quais, destituídas de homogeneidade, formam um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Assim, a pesquisa deve compreender o grau e a relevância das categorias em interconexão, identificando claramente aquela que desempenha o papel de *momento preponderante*. Saliente-se que a predominância não é simples interação, mas diz respeito à posição central que tem a categoria na articulação dos nexos, já que se trata do “elo tônico”, daquela abstração razoável que sobredetermina as demais, tornando-se a categoria estruturante do todo concreto – e, portanto, também da totalidade ideal. É nesse momento que se manifesta a delimitação ou diferenciação por intensificação ontológica, na medida em que esta categoria que tem acentuação ordenadora específica fornece a construtura de todo o processo de síntese.

Ainda no interior do processo de articulação, há também que demonstrar como se inter-relacionam em sua concretude as determinações reflexivas: as categorias que estão conectadas umbilicalmente em pares ou conjuntos, de tal forma que a compreensão de cada uma é forçosa à apreensão de todas, cuidando-se para não perder a especificidade de cada qual. Na arguta síntese de Antônio Alves, para fechar, a teoria das abstrações

É teoria da coisa sob o mando da própria coisa, a qual é analisada, dissecada, separada, decomposta em seus aspectos múltiplos, diversos e, até mesmo, opostos. Tipo de procedimento teórico o qual a toma como aquela mesma “se dá” na realidade social, para, através do conjunto de atos da analítica que, miudamente, decompõe o

existente em seus elementos. Os quais passam à forma de abstrações, para numa posterior etapa de reconstrução, apresentá-la como um todo de determinações que a delimitam como ente, ou processualidade, específica, na forma de um todo pensado. Conjunto de operações que distinguem as partes constitutivas de uma coisa umas das outras, e, na sequência, identifica o nível de determinações preciso em que cada uma delas se encontra na particularidade da existência atual (ALVES, 2012, pp. 92-3).

Da *analítica das coisas*, possibilitada pela inexistência preliminar de método e consubstanciada na *teoria das abstrações*, conclui-se que o método marxiano é a exposição crítica do próprio real. Não há nele uma prescrição, do que resulta que os métodos não têm valor de conhecimento baseado em si mesmos, muito menos podem servir de modelo ou guia de pesquisa. Antes, ao contrário, cumprida sua função, deixam de ser referência, não têm serventia como suposta metodologia universal que oriente outras jornadas, mas apenas registram um *roteiro de percurso*: “De modo que o conhecimento é possível, a ciência pode alcançar seus objetivos, mas não há um caminho preconfigurado, uma chave de ouro ou uma determinada metodologia de acesso ao verdadeiro” (CHASIN, 2009, p. 231).

IV – Distinção entre método de investigação e modo de exposição

Somente após a pesquisa detalhada do objeto é que se põe o problema da exposição dos resultados da pesquisa. Marx chama a atenção para a distinção entre o método de investigação e o método de exposição numa conhecida passagem:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição, formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*. (MARX, 1988, p. 26)

Como a exposição da pesquisa já parte de algo reconstruído mentalmente, já é resultado de um processo, pode parecer que se partiu de uma construção prévia, enquanto, na verdade, trata-se da exposição do movimento do real. Vai nessa mesma direção a justificativa para a exclusão da edição final da “Introdução” elaborada para os *Manuscritos econômicos de 1857/58*, mais conhecidos como *Grundrisse* – justamente um dos textos em que clarifica mais miudamente seu procedimento próprio de pesquisa. Ali Marx afirma que seria temerário apresentar os resultados da pesquisa sem reproduzir os momentos constituintes da coisa estudada: “Suprimo uma introdução geral que esbocei no passado porque, pensando bem, parece-me que antecipar conclusões do que é preciso demonstrar em primeiro lugar é pouco correto, e o leitor que quiser seguir-me deverá decidir-se a passar do particular ao geral.” (MARX, 1977, p. 23)

A diferenciação entre os métodos de investigação e de exposição é importante na medida em que se perdeu a especificidade da etapa da “exposição” e em geral “equipara-se o método de exposição à forma de apresentação, não se percebendo, por conseguinte, que ele é o método de explicitação, graças ao qual o fenômeno se torna transparente, racional, compreensível” (KOSÍK, 1995, p. 37). Assim, o modo de expor foi reduzido “à necessidade de um esforço prévio de apropriação analítica do objeto anterior à sua exposição metódica” sobre cujo caráter não há muito que dizer. Isto “Quando não se toma o termo ‘exposição’ no seu sentido comum de discurso, de texto escrito (ou falado) que se organiza metodicamente conforme o encadeamento das proposições, transferindo-se o ônus da dialética para o método de pesquisa” (MÜLLER, 2014).

Marx se vale, porém, do método de exposição como procedimento de reconstrução categorial a partir das coisas mesmas, sem a interferência de hipóteses anteriores, e “que pressupõe o trabalho prévio de investigação das ciências empíricas e a maturação histórica do objeto, para então expor a sua lógica interna de acordo com os nexos que a análise apreendeu entre suas determinações” (MÜLLER, 2014). Dito de outra forma, “Aquilo de onde a ciência inicia a própria exposição já é resultado de uma investigação e de uma apropriação crítico-científica da matéria. O início da exposição já é um início *mediato*, que contém em embrião a estrutura de toda a obra” (KOSÍK, 1995, pp. 37-8)⁷. O método de expor “designa o modo como o objeto, suficientemente apreendido e analisado, se desdobra em suas articulações próprias e como o pensamento as desenvolve em suas determinações conceituais correspondentes, organizando um discurso metódico” (MÜLLER, 2014). Então, trata-se de, em primeiro lugar, compreender as determinações da coisa no seu

7 Embora não possamos concordar com a afirmação de que “O início da investigação é casual e arbitrário, ao passo que o início da exposição é necessário” (KOSÍK, 1995, p. 38), já que também o início da investigação deve estar adequado à especificidade da coisa pesquisada.

desdobramento próprio – sem que lhe sejam aditados lógicas ou elementos que lhe são exteriores –, mas também de estabelecer as devidas conexões imanentes e necessárias entre elas.

O método de exposição marxiano também é objeto da discussão que quer qualificar Marx a partir da aproximação ou distanciamento com relação a Hegel. Para Müller, que conta entre os adeptos da aproximação dos dois filósofos alemães, este método advém de Hegel, significando neste e em Marx “a explicitação racional imanente do próprio objeto e a exigência de só nela incluir aquilo que foi adequadamente compreendido” (MÜLLER, 2014). Assim, o método de exposição marxiano guardaria proximidades substanciais com o de Hegel – mas invertido e virado do avesso, tornando-se algo distinto do movimento efetivo do objeto, ou seja, não é simultaneamente a constituição da coisa, como em Hegel, mas “tão só e cabalmente, a exposição das articulações sistemáticas de todas as relações econômicas que se implicam reciprocamente numa sociedade submetida à dominação do capital” (MÜLLER, 2014). Numa direção oposta, Sartori afirma que a distinção entre método de pesquisa e método de exposição não existe no pensamento hegeliano, sendo uma conquista marxiana pura, porquanto Hegel “justapõe modo de exposição (*Darstellungsweise*) e modo de pesquisa (*Forschungsweise*)” por ver o sujeito real e concreto apartado da sua real atividade objetiva, sensível “e, assim, traz o sujeito como um predicado da ideia, a qual teria como suposta a reconciliação (*Versöhnung*) entre sujeito e objeto (*Objekt*) na figura do ‘sujeito-objeto idêntico’” (SARTORI, 2014, p. 708)⁸.

Já o caso de Lukács seria *sui generis*, mais complexo com relação a outros autores (CHASIN, 2009; FORTES, 2011; ALVES, 2012). Embora estivesse muito à frente de toda a epistemologia largamente predominante já em sua época, sendo o maior responsável pelo resgate dos elementos ontológicos do pensamento marxiano, ele não teria apreendido em toda a sua plenitude a teoria das abstrações e a analítica das coisas efetuada por Marx. Assim, mesmo acentuando a existência da ruptura com Hegel, sua análise acabaria por lhe obliterar momentos importantes, traçando mais elementos de continuidade – um *parentesco metodológico* – do que aqueles efetivamente existentes entre os dois filósofos alemães. Ademais, em vez da dissecação da coisa, ele propôs a totalidade como categoria decisiva de toda a explicitação dos caminhos metodológicos da investigação e da exposição marxiana. “O raciocínio de Lukács não acompanha, portanto, o desvelamento passo a passo da análise dos meandros determinativos mais importantes da mercadoria desenvolvidos no capítulo introdutório da obra marxiana.” (FORTES, 2011, p. 268). Haveria em Lukács uma identificação entre os modos investigativo e expositivo em *O capital*, cuja exposição corresponderia à decomposição analítica direta da categoria central da sociabilidade (FORTES, 2011). Aqui não podemos senão citar a existência do debate.

É menos polêmica a afirmação de que, para Marx, a exposição dialética é o método pelo qual o pensamento se eleva do abstrato ao concreto e o expõe como resultado, diferentemente de Hegel, para quem representa seu próprio processo de surgimento como manifestação de uma razão que se realiza. O próprio Marx clarificou a questão, ao lembrar que, “no capítulo sobre o valor, até andei namorando aqui e acolá os seus modos peculiares de expressão” (MARX, 1988, p. 27). Analisando a assertiva marxiana segundo a qual, como já vimos,

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori* (MARX, 1988, p. 26),

Fortes destaca que “A última frase da citação enfatiza a ausência de uma construção *a priori*, insistindo que a estrutura da obra é a exposição *a posteriori* dos resultados alcançados no processo investigativo. Em outros termos, o modo expositivo de *O capital* não é idêntico à investigação propriamente dita” (FORTES, 2011, p. 266). Muito embora a exposição tenha sua importância, ressaltada por seu papel específico, e por isso objeto de cuidadosa atenção, a investigação tem, em Marx, prioridade, tratando-se da compreensão da própria coisa.

8 Para Müller, na *Ciência da lógica* hegeliana “se apresenta como a exposição sistemática das categorias do pensamento puro enquanto formas de concepção da realidade, com o intuito de fundar o próprio conceito de ciência (filosófica) e de método (...). Dialética designa, aqui, genericamente, a exposição do movimento lógico do conteúdo (da coisa concebida, *Sache*) enquanto é este movimento que preside ao desdobramento das determinações do conteúdo e se constitui, desta maneira, como o seu método”. Para Sartori, por sua vez, “Na medida em que, no autor idealista, as categorias já são concebidas como componentes do próprio real (*Reale*), há certa autonomização das instâncias que apreendem as primeiras, a filosofia e a lógica (mesmo que essas, depois, voltem-se à realidade efetiva [*Wirklichkeit*] no autor)” (SARTORI, 2014, p. 705). Sartori destaca que em Marx o ideal é um momento que, na medida em que reproduz a objetividade, está subsumido ao processo de vida real, “que tem uma prioridade ontológica” (SARTORI, 2014, p. 706). Marx rejeita, então, no seu entender, a posição que entende o real como resultado dos movimentos da Ideia e por isso se distancia de Hegel.

Considerações finais

Retomando, a título de fechamento, alguns momentos da exposição precedente, ressaltemos de início a impugnação marxiana a critérios gnosiso-epistêmicos na delucidação das coisas. Voltando nosso olhar para a *fundamentação ontoprática do conhecimento*; a *determinação social do pensamento* e a *presença histórica do objeto*, reproduzimos críticas de Marx a toda análise que desconsidera a prioridade ontológica do ser ou que, de outra parte, ignora a presença da subjetividade na relação do ser social com o mundo.

Desde o início o método é impugnado em Marx, cedendo passo à “analítica da reta prospecção do objeto”, portanto, à “compreensão de um itinerário de viagem já concluída, de percorrer sob a forma do objeto aquelas sendas que o foram sob o modo da prática cognitiva da ciência” (ALVES, 2012, p. 157). Nos termos acertados de Chasin,

o método marxiano, tomado por seus momentos estruturais, pode ser reconhecido e enunciado como o modo de produção de concretos de pensamentos a partir da destilação prévia de abstrações razoáveis. Procedimento no qual a decantação preliminar é, por assim dizer, errante, um trabalho de sapa em que a força de abstração confronta de saída e sem qualquer ponto de arrimo a imediatez do todo sensível do objeto, uma aproximação cognitiva, pois, que se defronta com a face lisa, desprovida da textura de mediações que faz do objeto ou de conexões únicas de objetos singularidades efetivas, mas que está oculta na *totalidade muda* com que os mesmos se apresentam na abstratividade própria e incontornável à relação imediata do sujeito com o concreto indecifrado (CHASIN, 2009, p. 221).

Chamamos a atenção para a teoria marxiana das formas de ser, que apreende as categorias enquanto determinações da existência, e não enquanto conceitos subjetivamente postos. No mesmo passo, tentamos explicitar que a base de seu proceder é a analítica das coisas, que esmiúça os objetos até penetrar no seu âmago e apreendê-lo em sua especificidade e na sua amplitude, para logo fazer o caminho de volta e, tendo como parâmetro o próprio real, buscar as especificações histórico-concretas e as articulações com outras categorias.

Frisamos, ainda, a particularidade da investigação do objeto societário. Neste tipo de pesquisa, em que só é possível o recurso à capacidade de abstração do ser humano como forma de apreensão intelectual, ter o objeto como ponto de partida e como ponto de chegada é fundamental para dar conta de sua natureza sem cair na metafísica, no idealismo, no ceticismo ou no empirismo, sem imputações nem criação de modelos vazios, tipos ideais abstrativantes, desconsiderações da realidade posta “entre parênteses” ou outras fórmulas que tendem a focar sempre na subjetividade do pesquisador, em vez de voltar-se à captura da coisa – que é o que de fato interessa. Aí não é suficiente a boa vontade nem a honestidade intelectual do pesquisador, como também não basta escolher de antemão e seguir criteriosamente uma determinada técnica: “O desafio das coisas não se altera ou dissolve pela mera disposição ativa do sujeito enfrentar a decifração das mesmas, nem porque detenha a visualização do roteiro analítico a ser cumprido, e sempre como dificuldade se repõe a cada objeto faceado”. Se, como dizia Marx, “Todo começo é difícil; isso vale para qualquer ciência”, “não há um caminho preconfigurado, uma chave de ouro ou uma determinada metodologia de acesso ao verdadeiro” (CHASIN, 2009, p. 231). Como também observou o próprio Marx, “Não há estrada real para a ciência e só têm possibilidade de chegar aos seus cumes luminosos aqueles que não temem fatigar-se a escalar as suas veredas escarpadas” (MARX, 2014). Donde, a grande descoberta e a grande contribuição do método marxiano:

O rumo só está inscrito na própria coisa e o roteiro da viagem só é visível, olhando para trás, do cimo luminoso, quando, a rigor, já não tem serventia, nem mesmo para outras jornadas, a não ser como cintilação evanescente, tanto mais esquiva ou enganosa quanto mais à risca for perseguida, exatamente porque é a luminosidade específica de um objeto específico. (CHASIN, 2009, pp. 231-2)

Como visto, em Marx a reprodução mental do real não se põe no ponto de partida da pesquisa: o “método científico exato” para o estudo do ser social é o exame da efetividade a conhecer, com o conseqüente desvendamento de suas determinações objetivas. É só no fim de um processo longo e árduo, no ponto de chegada, que o concreto se articula como *concreto de pensamentos*.

A analítica das coisas é possível justamente pelas operações da teoria das abstrações, cujos atos cognitivos “só tomam forma efetiva na direta reprodução de conteúdos específicos, distribuídos estes por toda gama real entre a mais simples e a plena complexidade do concreto maturado” (CHASIN, 2009, pp. 246-7). De fato, em Marx, como afirmou Lukács, não há enunciados concretos que não digam respeito a um ser, ou seja, que não sejam sempre afirmações ontológicas (LUKÁCS, 1979). Dito de outro modo, não há nele nenhum tratamento autônomo das questões metodológicas. Não questiona a possibilidade e a verdade do conhecimento, afirmando que se trata de uma questão histórico-social, respondida na prática, e não por ordenamentos subjetivos. A questão do conhecimento, seus limites, as vias para atingi-lo, suas possibilidades, são temas que só aparecem referidos em Marx após um dado percurso, quando a exposição se torna coerentemente apresentável.

De forma que a captura imanente da coisa estudada não pode se dar por um mapa previamente desenhado ou por atalhos metodológicos que abreviem a longa e trabalhosa jornada da pesquisa. Esta “tem de captar detalhadamente a matéria, analisar suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima” e só então explicitar os resultados encontrados por um procedimento de reconstrução categorial. A regência, também aqui, está com o objeto, que tem de ser apreendido pela investigação supramencionada.

Referências bibliográficas

- ALVES, Antônio J. Lopes. *A cientificidade na obra marxiana de maturidade: uma teoria das Daseinsformen*. 2012. Tese (Doutorado) apresentada ao IFCH/Unicamp, Campinas, São Paulo.
- CHAGAS, Eduardo F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. *Síntese – Revista de Filosofia*. Belo Horizonte, v. 38, nº 120, p. 55-70, 2011.
- CHASIN, J. Lukács: vivência e reflexão da particularidade. *Nova Escrita Ensaio*, ano IV, n. 9, pp. 55-70, 1981.
- _____. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CORAZZA, Gentil. O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. *Est. Econ.* São Paulo v. 26, n. especial, pp. 35-50, 1996.
- FORTES, Ronaldo V. Procedimento investigativo e a forma expositiva em Marx – duas leituras: Lukács/Chasin. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 9, Ano V, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.16253103610364.pdf>>, acessado em maio 2011.
- _____. “Capítulo III: A relação entre método e princípios ontológicos fundamentais” e “Conclusão”. In: *As novas vias da ontologia em György Lukács: as bases ontológicas do conhecimento*. 2011. Tese (Doutorado) apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- KOSÍK, Karel. “I – Dialética da totalidade concreta.” In: *Dialética do concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LUKÁCS, Georg. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. “O que é o marxismo ortodoxo?” In: *História e consciência de classe*. Estudos sobre a dialética marxista. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- MARX, K. “Teses ad Feuerbach”. In: *Karl Marx/Friedrich Engels: obras escolhidas* v. 3. São Paulo, Alfa-Ômega, s/d.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1963.
- _____. “Prefácio”. In: *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. “Prefácio da 1ª edição”, “Posfácio da segunda edição” e “Processo de trabalho e processo de valorização”. In: *O capital* v. I t. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. “Introdução”. In: *Grundrisse – manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/UFRJ, 2011.
- _____. Prefácio e posfácio à edição francesa de *O capital*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/prefacios/04.htm>>, acessado em 18 maio 2014.

- _____; ENGELS, F. *La ideologia alemana*. Buenos Aires: Ediciones Pueblos Unidos/Editorial Cartago, 1985.
- _____; _____. *A sagrada família*. Ou crítica da crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, s/d.
- MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em *O capital*. Publicado originalmente no *Boletim Seaf*, n. 2, Belo Horizonte, 1982, 26 p. Disponível em: <<http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html>>, acessado em 22 out. 2014.
- NETTO, José Paulo. *Introdução ao método da teoria social*. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>, acessado em 10 mar. 2013.
- PORTELA FILHO, Raimundo; PORTELA, Carmem A. O método dialético na “Introdução à crítica da economia política”. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 10, n. 1, p. 53-67, jan./jun. 1999.
- RAGO FILHO, Antonio. J Chasin: redescobrimo Marx – a Teoria das Abstrações. *Verinotio – Revista online de filosofia e ciências humanas* n° 1, Ano I, out./2004. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.73258350298981.pdf>>, acessado em 20 ago. 2009.
- SARTORI, Vitor B. De Hegel a Marx: da inflexão ontológica à antítese direta. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 130, pp. 691-713, dez./2014.
- VAISMAN, Ester; ALVES, Antônio J. L. “Apresentação”. In: CHASIN, J. *Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. *Marx e o método*. São Paulo: Editora Moraes, 1994.